

PARECER JURÍDICO nº 006/2021 - RBF

Projeto de Lei Complementar nº 02/2021

Autor(a): Executivo Municipal

ALTERAÇÃO - PROJETO DE LEI - EXECUTIVO MUNICIPAL - NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR 310/2020 - DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRA APAE ERRO MATERIAL ESSENCIA DO PLEXO NORMATIVO - NÃO MODIFICADA - CONSIDERAÇÕES.

1. RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de ordem do Exmo. Prefeito Municipal, que pretende alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 310/2020, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo doar área de terra à APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis.

A pretensão é corrigir erro material, consistente no número da matrícula e respectivo Cartório de Registro de Imóveis da área de terra a ser doada, para assim poder concluir a transferência.

É o breve intróito. Passo a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Exame de Admissibilidade

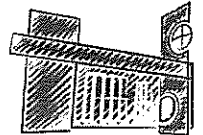
Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

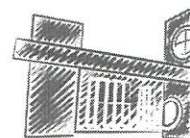
III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;
(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

2.3. Da legalidade

Compulsando os autos, denota-se que a pretensão é a correção de erro material, consistente no número da matrícula e respectivo Cartório de Registro de Imóveis da área de terra a ser doada, para assim poder concluir a transferência.



Pretende a alteração para constar o correto número da matrícula do imóvel sendo o 36.591 e não o 35.591, e também para constar que o referido imóvel está registrado junto ao 1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Limeira-SP, e não do Registro de Imóveis e Anexos de Cordeirópolis-SP.

Entendo que tal modificação se faz necessária até mesmo para se moldar a atual estrutura administrativa do Executivo local, que foi alterada ao longo do tempo.

Ademais, a modificação pretendida não altera em nada a essência primária da lei originária, de tal forma que reitero os termos já lançados no Parecer Jurídico nº 29/2020-RBF.

Sendo assim, considerando o apontamento inicial, o projeto se mostra legal e constitucional.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei complementar nº 02/2021, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 17 de Fevereiro de 2021.


ROBERTO BENETTI FILHO
Diretor Jurídico



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Lei Complementar nº 310
de 04 de dezembro de 2020.

Autoriza o Município de Cordeirópolis, através do Poder Executivo Municipal, a doar uma área de terras que mede 717,15 mts², à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis – APAE, conforme especifica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Cordeirópolis, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar a Área denominada “Área B”, desmembrada da Área Remanescente do loteamento “Residencial Santa Rita” do Município de Cordeirópolis com 717,15 mts², Matrícula 35.591, Livro Nº 2 – Ficha Nº 01, do Registro de Imóveis e Anexos de Cordeirópolis-SP, à **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis - APAE**, cadastrada no CNPJ/MF sob nº. 47.769.005/0001-47, localizada em Cordeirópolis, a Rua Lourenço Emelino Mazutti nº 664, Vila Olímpia - CEP 13490.000, avaliada em R\$ 394.432,50 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), data base de 08 de maio de 2020 pela Comissão de Avaliação de Imóveis e Preços Públicos da Municipalidade - Portaria nº 11.240, de 24/07/2019.

Art. 2º – A área doada conforme disposto no “*caput*” do artigo 1º desta Lei Complementar, assim se descreve: “mede 20,49 metros em linha reta confrontando com a Rua Graciano Leme do loteamento Residencial Santa Rita; deflete a direita e segue em reta por 35,00 metros fazendo divisa com área desdobrada (Matrícula nº 2.523 do Registro de Imóveis e Anexos de Cordeirópolis-SP, área doada a Patrulha Mirim de Cordeirópolis-SP), deflete à direita e segue por 20,49 metros em reta tangente, fazendo divisa com o Sistema de Lazer do loteamento Residencial Santa Rita; deflete a direita e segue por 35,00 metros fazendo divisa com área desdobrada da Área Remanescente, da Área institucional II Denominada de Área “A”, Do loteamento Residencial Santa Rita, encerrando-se assim o seu perímetro, contendo uma área superficial de 717,15 mts².”

continua



Art. 3º - A área, objeto da presente alienação por doação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis - APAE, será destinada ao desenvolvimento de atividades de horticultura e jardinagem, além de várias alternativas ligadas ao cultivo da terra, no prazo de 3 (três) anos, a contar da escritura, devendo no título, constar expressamente esse encargo, sob pena de retrocessão, sem quaisquer ônus ao Município, que receberá de volta o referido imóvel inclusive com as suas eventuais benfeitorias.

Parágrafo Único - A doação será irrevogável e irretratável, salvo se for dada ao imóvel, destinação diversa da prevista na presente Lei Complementar, e, se não ocorrer às benfeitorias previstas neste artigo dentro do prazo estipulado.

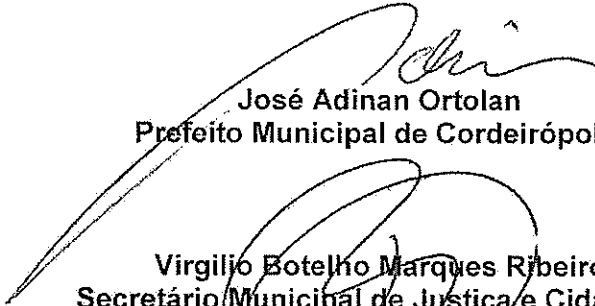
Art. 4º - O Município doador fornecerá à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis - APAE toda a documentação e esclarecimentos que se fizerem necessários e forem exigidos antes e após a escritura de doação.

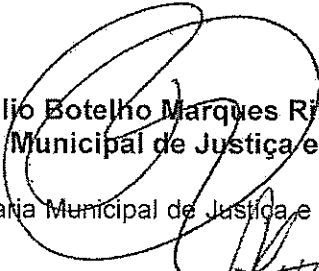
Art. 5º - Da escritura de doação deverão constar todas as cláusulas e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 6º - As despesas com a execução da presente Lei complementar, inclusive de escritura e transcrição, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 04 de dezembro de 2020, 122 do Distrito e 73 do Município.


José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis


Virgílio Botelho Marques Ribeiro
Secretário Municipal de Justiça e Cidadania

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 04 de dezembro de 2020.


José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe